

As missões da UNESCO no Brasil: Michel Parent

Claudia Feierabend Baeta Leal¹

Resumo

Este texto pretende, dentro da perspectiva da pesquisa da história da preservação no Brasil, introduzir questões que marcaram a relação entre a Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (DPHAN) e a UNESCO a partir da análise do relatório de viagem do inspetor Michel Parent, técnico do Serviço Principal de Inspeção dos Monumentos e de Inspeção de Sítios na França, que esteve no Brasil em missão financiada pela UNESCO nos anos de 1966 e 1967. Seu texto, além fornecer uma visão das ações, iniciativas e perspectivas daquele organismo no que concernia ao conhecimento e preservação dos bens culturais em uma abrangência mundial, contribui para se entender a relação estabelecida entre a DPHAN, atual IPHAN, e a UNESCO, assim como para se acompanharem as mudanças ocorridas na própria forma de se pensar o patrimônio nessas duas organizações.

Palavras-chave: História; Patrimônio; UNESCO.

Abstract

This essay focuses on the report written by Michel Parent, expert from the Inspection Générale des Monuments Historiques in France, who was in Brazil on behalf of UNESCO in 1966 and 1967. In his report, one finds information of initiatives and perspectives from the latter, regarding the knowledge and preservation of cultural heritage worldwide, and his work sheds light on the relationship between the Direction of National Historic and Artistic Heritage (DPHAN) – presently Institute (IPHAN) – and UNESCO, enabling one to understand the changes concerning cultural heritage within both organizations in the context of the researches on the history of cultural heritage preservation.

Keywords: History of the Cultural Heritage Preservation; IPHAN; UNESCO

O inspetor Michel Parent, técnico do Serviço Principal de Inspeção dos Monumentos e de Inspeção de Sítios na França, esteve no Brasil nos anos de 1966 e 1967 como especialista enviado no âmbito do programa “Turismo Cultural” da UNESCO. Parent tornar-se-ia, pouco depois, membro do Comitê que elaborou o texto da Convenção do Patrimônio Mundial, de 1972, vindo a ser, por um breve período, presidente do Comitê do Patrimônio Mundial da UNESCO. Entre 1981 e 1987, Parent foi presidente do Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (ICOMOS), tendo ainda recebido a Medalha de Honra da *Europa Nostra*, em 1999, em reconhecimento à sua contribuição eminente, durante mais de cinquenta anos, à defesa e conservação do patrimônio (EUROPANOSTRA, s./d.).

Sua visita ao Brasil originou o relatório *Proteção e valorização do patrimônio cultural brasileiro no âmbito do desenvolvimento turístico e econômico* (2008), o qual teve grande

¹ Doutora em História Social pela Unicamp e técnica em história da Coordenação-Geral de Pesquisa, Documentação e Referência do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

importância tanto no âmbito da preservação do patrimônio cultural brasileiro quanto entre os demais consultores da UNESCO que o seguiram em visitas ao Brasil e na elaboração de propostas para a então Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (DPHAN), atual IPHAN, no que diz respeito à proteção das cidades brasileiras. As avaliações feitas pelo perito francês das mais de 35 cidades visitadas durante essas duas estadas no Brasil renderam frutos importantes tanto no que diz respeito à sua proteção pela DPHAN, quanto na relevância que tais localidades passaram a assumir junto à Unesco (LEAL, 2008: 8). Além fornecer uma visão das ações, iniciativas e perspectivas da Unesco no que concernia ao conhecimento e preservação dos bens culturais em uma abrangência mundial, seu texto contribui para se entender, conforme objetivo desta apresentação, a relação estabelecida por meio da noção de “turismo cultural” entre o órgão brasileiro responsável pela proteção do patrimônio cultural, o IPHAN, e a Unesco, relação esta que foi concretizada, entre outras formas, com a visita de vários peritos a cidades brasileiras a partir dos anos 1960.

Os contatos da DPHAN com a Unesco tornaram-se mais fortes nessa década de 1960, época em que se estabeleceu a Representação da Unesco no Brasil, “como parte do acordo de cooperação técnica firmado com as autoridades brasileiras em 1964”(UNESCO, 2006). Essa cooperação também se concretizou, ainda nesse ano, com a vinda de Paul Coremans, diretor do Real Instituto de Estudo e Conservação do Patrimônio Artístico, em Bruxelas, Bélgica, ao Brasil. Sua missão teria sido organizada para atender a solicitação desta Organização de avaliação dos laboratórios da DPHAN, de “estabelecimento de um programa para o futuro”, de visita às edificações antigas do sítio urbano de Ouro Preto e de encaminhamento de “propostas para sua conservação”, como se lê no relatório publicado em maio de 1964 (COREMANS, 1964).

Na historiografia referente à DPHAN, os contatos entre esta Diretoria e a Unesco também aparecem nesse viés de auxílio especializado e cooperação técnica, com ênfase no interesse da primeira em buscar, junto a essa Organização, diretrizes para “reformular e reforçar sua atuação” no que dizia respeito ao patrimônio cultural, em vista da industrialização acentuada que marcou as décadas de 1950 e 1960 no Brasil (MEC/SPHAN/FNPM, 1980: 32; FONSECA, 2005: 142). Maria Cecília Londres da Fonseca (op.cit.) deu destaque às tensões que surgiram no âmbito da Instituição no que concernia à “preservação das cidades históricas e dos centros históricos das grandes cidades”, dada a desarticulação dos “processos espontâneos de preservação do patrimônio” (Ibid: 141), processos esses definidos pela historiografia como culturais, em oposição a critérios mais voltados para uma política estatal de preservação. Márcia Sant’Anna (1995) também

sublinhou a demanda da DPHAN por uma “nova política para a conservação do patrimônio” frente aos problemas urbanos advindos da arrancada industrial que impedia que a atuação da Instituição se voltasse principalmente, como até então ocorria, para “problemas de manutenção das (...) características formais” dos conjuntos e monumentos (Ibid.: 153).

O acerto da vinda de um perito ao Brasil foi feito em setembro de 1966:

Dando despacho à solicitação apresentada pelo Governo brasileiro e voltada à assistência da Unesco para o estudo e execução de um programa com vistas à aceleração do movimento turístico para a proteção e a valorização do patrimônio cultural e dos sítios naturais, um perito da Organização, senhor Michel Parent, encontra-se no Brasil para uma primeira missão de informação que durará um mês.²

Sua missão teve início, segundo o próprio perito, em 24 de novembro de 1966, mas Parent desembarcara no Brasil no primeiro dia daquele mês. Suas primeiras semanas foram dedicadas a informar-se sobre a organização da DPHAN e sobre o programa de viagens que realizaria “a fim de dar sua opinião a respeito dos planos que trabalho” que a Diretoria submeteu a ele.³ Várias informações contidas em seu relatório sugerem que o perito teve acesso a informações fornecidas por essa Instituição – nesse sentido, pode-se entender a descrição pormenorizada da própria Diretoria do Patrimônio, com o detalhamento da estrutura do órgão; referência nominal a diretores, técnicos, conselheiros e chefes das divisões internas da Instituição; menção detalhada ao orçamento desta autarquia para o ano de 1966; conhecimento da legislação brasileira referente a temas afins; informações sobre a rede viária nacional, entre outros dados que certamente foram fornecidos pela DPHAN e outros órgãos do governo brasileiro.

A viagem começou na região Sudeste, com visitas aos estados do Rio de Janeiro e Guanabara, São Paulo e Espírito Santo, com especial ênfase nas cidades e sítios dos primeiros e acompanhando sempre a atuação da DPHAN até aquele momento: Parati e a baía de Ilha Grande; Cabo Frio e lagoa de Araruama; Rio de Janeiro; São Paulo e seus arredores; além de breve menção aos “pólos de atração” do Espírito Santo – Anchieta e Serra. Parent seguiu então para o Nordeste: na Bahia, dedicou especial atenção a Salvador, a qual descreveu como a “primeira cidade de arte do Brasil”, passando também por Cachoeira e Belém; em Pernambuco, Olinda, Igarapu, Paulista, Recife e os arredores da capital pernambucana foram seus destinos. A terceira parte da viagem foi dedicada à costa norte: primeiramente, São Luís e Alcântara, no Maranhão, e depois Belém, no Pará. A região central do país foi assunto da

² VRIONI, Ali. Ofício ao diretor da DPHAN, Rodrigo Melo Franco de Andrade, em 29/11/1966 – IPHAN/ Assuntos Internacionais/UNESCO, Arquivo Central do IPHAN/ Seção Rio de Janeiro, doravante AI, ACI/RJ. Em francês no original; tradução de Claudia Feierabend Baeta Leal.

³ ANDRADE, Rodrigo Melo Franco de. Ofício a Ali Vrioni, em 5/12/1966 – AI, ACI/RJ.

quarta parte do relatório de Parent, com a apreciação de Brasília, breve menção à cidade de Goiás, e um longo trecho dedicado a Minas Gerais, especialmente ao “circuito das cidades de arte” desse estado: Ouro Preto, Sabará, Mariana, Congonhas do Campo, São João Del Rei, Tiradentes, Diamantina, além de Belo Horizonte, por causa do conjunto da Pampulha. A quinta e última parte da missão voltou-se para a região Sul: no Paraná, Paranaguá e os Sambaquis próximos a esta cidade, Vila Velha e Foz do Iguaçu foram os sítios que receberam destaque; São Miguel e as reduções indígenas, no Rio Grande do Sul, concentraram as atenções finais da missão do perito da Unesco. Com essa abrangência, Parent acreditava estar estudando “todos os centros de interesse artístico do Brasil”, excetuando-se Manaus, pois esta cidade “não constava da solicitação do governo” (PARENT, 2008: 69).

É preciso entender o desenho da missão de Parent, ou seja, o itinerário, os destinos, as cidades, sítios, edificações e monumentos visitados, dentro da perspectiva desta “solicitação do governo” brasileiro. Ainda que o objetivo da missão fosse, como posto acima, “o estudo e execução de um programa com vistas à aceleração do movimento turístico para a proteção e a valorização do patrimônio cultural e dos sítios naturais”, o que poderia sugerir certa liberdade por parte do perito para identificar, ele mesmo, os lugares mais propícios para uma “aceleração do movimento turístico”, a análise de Parent voltou-se principalmente para o patrimônio cultural já reconhecido e protegido pela DPHAN, ou seja, para a análise das ações realizadas por essa Diretoria e para a conformidade de tais ações em relação ao programa de “Turismo Cultural” defendido pela Unesco. Daí a coincidência entre os bens referidos por Parent e aqueles protegidos pela DPHAN: dos mais de 220 bens nominalmente citados em seu relatório, entre conjuntos, edificações e sítios espalhados pelas cidades visitadas, 70% eram tombados pela DPHAN à época de sua missão, e muitos outros estavam incluídos na proteção a conjuntos mais amplos.

A análise de Parent, portanto, não estava necessariamente voltada para a sugestão de novos tombamentos, ainda que tenha defendido “tombamentos globais” ou “extensivos” para São Luís, Salvador e Olinda, partes de Congonhas, Tiradentes e São João del Rei (PARENT, 2008; SANT’ANNA, op.cit.: 154), mas para as formas de proteção, utilização e promoção dos bens – tanto para aquelas em vigor quanto para as que defendeu em seu texto, em conformidade com os objetivos de sua missão: “recensar bem mais do que os destroços de um cenário que ainda permanece como o mais fecundo e homogêneo do continente americano” (PARENT, 2008: 46)

É interessante chamar a atenção também para a ênfase do perito, entre outras coisas, no planejamento urbanístico de conjunto, baseado em um forte controle administrativo, ainda

que descentralizado; na revitalização global dos sítios, com a identificação das construções cuja restauração fosse mais urgente e a reconversão dos usos desses edifícios; na preservação da natureza, principalmente por meio da determinação de áreas *non aedificandi* e de reservas naturais, tendo sido influenciado pela Lei Malraux, promulgada na França em 1962 (SANT'ANNA, op.cit.: 154); na valorização das tradições e manifestações culturais das diversas regiões brasileiras; mas principalmente interessa destacar, para este trabalho, a valorização do conhecimento das potencialidades turísticas de cada local e do desenvolvimento da infra-estrutura viária e hoteleira oferecida para fins turísticos.

A importância dada ao turismo pelo perito francês aparece em diversos momentos de seu relatório. O próprio título – *Proteção e valorização do patrimônio cultural brasileiro no âmbito do desenvolvimento turístico e econômico* –, aliado à importância que o turismo vinha assumindo no contexto internacional de preservação do patrimônio, reforça o espaço destinado à questão do turismo em seu estudo. Essa atividade foi descrita, logo nas primeiras linhas de seu texto, como uma importante possibilidade de planejamento e desenvolvimento global. Seu enfoque buscou sublinhar, por um lado, a potencialidade que a atividade turística representava para um país em desenvolvimento e com as virtudes com que esta nação contava. É interessante perceber que a noção de patrimônio apresentada por Parent em seu relatório não se limitava ao patrimônio edificado ou natural, mas incluía as tradições, as manifestações culturais, o que aparece também em sua proposta de desenvolvimento do turismo como um processo de intercâmbio cultural, de “compreensão mútua entre os povos e o desenvolvimento e salvaguarda de suas culturas específicas”, beneficiado, no Brasil, segundo ele, pela diversidade do patrimônio, pela amenidade do clima e pela “disposição inata do brasileiro de ser um anfitrião”. Por outro lado, o perito francês chamou a atenção para o pouco desenvolvimento que a atividade turística tinha então no Brasil, e defendeu seu fomento na mesma linha desenvolvida internacionalmente, enfatizando a relação entre turismo e a proteção do patrimônio:

O turismo pode, com certeza, constituir uma das fontes do futuro desenvolvimento da renda nacional e fornecer um alibi econômico aos esforços consideráveis que devem ser feitos se quisermos salvar o vasto patrimônio cultural que está há muito tempo em perigo, mas cuja ruína brevemente será irreversível. (PARENT, 2008: 46, grifos meus)

Sua perspectiva ia ao encontro da forte ênfase que o turismo vinha recebendo, na década de 1960, como atividade de promoção, desenvolvimento e sustento do patrimônio cultural, principalmente no âmbito dos encontros promovidos e incentivados pela Unesco. As chamadas *Cartas Patrimoniais*, documentos referentes a reuniões sobre a proteção do

patrimônio cultural ocorridas em diversas partes do mundo (CURY, 2004), abriram grande espaço para o tema ao longo dos anos. Na *Recomendação da Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura*, mais conhecida como *Recomendação de Paris*, elaborada durante a Conferência Geral da UNESCO em 1962, por exemplo, os órgãos responsáveis pelo fomento ao turismo nos Estados Membros foram incluídos entre outros organismos “envolvidos com a proteção das paisagens e sítios” e “encarregados da proteção da natureza” (Ibid.: 82). Já a 72ª Reunião do Conselho Executivo da UNESCO, ocorrida em Budapeste em maio de 1966, adotou como ordem do dia a “preservação dos monumentos e outros bens culturais em sua relação com o desenvolvimento com o turismo.”⁴

A questão do progresso econômico e sua relação com o turismo apareceria ainda mais fortemente em documento do ano seguinte, na Reunião sobre Conservação e Utilização de Monumentos e Lugares de Interesse Histórico e Artístico, organizado pela Organização dos Estados Americanos (O. E. A.), em Quito, em que foram estabelecidas as chamadas *Normas de Quito*. Estas traziam a defesa da mobilização dos “esforços nacionais no sentido de procurar o melhor **aproveitamento** dos recursos monumentais de que se disponha, como meio indireto de favorecer o **desenvolvimento econômico do país**” (Ibid.: 118, grifos meus). Isso significava uma grande ênfase na promoção dos bens culturais e na “revalorização do patrimônio monumental em função do interesse público”, ou seja, nesse momento, na ênfase nas características e qualidades dos bens com vistas ao incentivo ao turismo. Nota-se, nessa perspectiva, um sentido bastante específico atribuído a “interesse público”, voltado para o desenvolvimento econômico e distinto da noção de “interesse público” dos anos 1930, notadamente no Brasil, em que estavam evidentes principalmente referências à construção da identidade nacional (MEC/SPHAN/FNPM, op.cit.: 109-110). No entanto, nesse sentido da década de 1960 – mesmo sentido que aparece no relatório de Parent –, tratava-se de apontar estratégias tanto para contribuir com o “benefício econômico da nação” – e os “países em desenvolvimento” receberam lugar de destaque nessas *Normas* – quanto para solucionar os problemas referentes à própria preservação dos bens.

A reunião do Comitê de Peritos Internacionais para a Valorização do Patrimônio Cultural em prol do Desenvolvimento Econômico, de 1968, que contou com a presença de Michel Parent entre os especialistas, mencionou diversas reuniões nas quais teria sido

⁴ *Resolutions et Decisions adoptées par Le Conseil Executif en sa soixant-douzième session*, documento anexo a HAGUENAUER, René. Ofício a Rodrigo Melo Franco de Andrade, em 08/08/1966 – AI, ACI/RJ. Em francês no original; tradução de Claudia Feierabend Baeta Leal.

sugerido “a todos os países, e mais particularmente àqueles em desenvolvimento, encorajar o turismo, contribuição vital para seu crescimento econômico” e defendeu-se que as agências especializadas das Nações Unidas e as agências de financiamento internacional fornecessem assistência para o desenvolvimento do turismo, em especial por meio da valorização dos sítios arqueológicos, históricos e naturais.⁵ O Comitê reunido procurou frisar que o turismo cultural “constitui, sob suas diversas formas, um fator essencial do desenvolvimento econômico do país”, e chamou a atenção para formas de assistência prestada pela UNESCO, tais como o envio de peritos que poderiam “ajudar os governos a definir e estabelecer os programas, particularmente aqueles concernentes ao turismo, que devem integrar-se aos planos de desenvolvimento gerais dos países.”

A vinda de Michel Parent ao Brasil enquadrou-se exatamente nesse contexto de ênfase na relação entre turismo, desenvolvimento econômico, preservação e valorização do patrimônio cultural; da busca de cooperação entre organismos voltados para a preservação do patrimônio cultural – no caso, DPHAN e UNESCO –; e de esforços por parte do governo brasileiro nesse sentido:

Plano de incentivo ao chamado Turismo Cultural, importando em concurso financeiro de estabelecimento de crédito internacional, sob responsabilidade da Unesco, para conservação e recuperação de monumentos e proteção da natureza nos territórios dos Estados Membros. Esse plano foi adotado por proposta feliz do Diretor Geral [da Unesco] René Maheu (acrescentado por sugestão do Embaixador Carlos Chagas). Pleiteamos a aplicação dele ao Brasil. Se a Conferência Geral tiver que incluir no orçamento recursos destinados a favorecê-lo, há grande conveniência de que a Delegação Brasileira, sob sua presidência, apóie a medida.⁶

É interessante notar, nesse documento, a apresentação que o então diretor da DPHAN, Rodrigo Melo Franco de Andrade, fez do plano de incentivo da UNESCO, a fim de entender melhor o processo estabelecido para assegurar a assistência desta organização e definir que tipos de ações estavam contemplados, quais as expectativas criadas e atendidas e os interesses envolvidos. No que diz respeito ao recurso ao “plano de incentivo ao chamado Turismo Cultural”, o peso dado à atividade turística pela Unesco mostrava-se superior àquele atribuído a tal atividade pela DPHAN. Os documentos sugerem um maior interesse, por parte desta Diretoria, pela assistência financeira e técnica envolvida no plano de incentivo e que poderia

⁵ *Comité d'experts internationaux pour la mise en valeur du patrimoine culturel par le développement économique – Rapport Final*. Paris: UNESCO, 1968, documento anexo a MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (MRE). Ofício enviado à DPHAN, em 18/10/1968 – AI, ACI/RJ. Em francês no original; tradução de Claudia Feierabend Baeta Leal. Este relatório foi enviado pelo Ministério das Relações Exteriores à DPHAN em junho de 1968, e a técnica Lygia Martins Costa deu ciência de seu recebimento, observando que o documento era “Da maior importância para a DPHAN, uma vez que lhe abre caminho para uma ação bem mais efetiva.” (MRE. Ofício enviado à DPHAN, em 26/06/1968 – AI, ACI/RJ)

⁶ ANDRADE, Rodrigo Melo Franco de. Ofício ao Ministro da Educação e Cultura, Moniz Aragão, em 20/10/1966 – AI, ACI/RJ, grifos meus.

ser utilizada em prol da “conservação e recuperação de monumentos e proteção da natureza”, como destacado acima, do que propriamente pela criação de relações mais íntimas entre o turismo e o patrimônio cultural brasileiro. Os contatos estabelecidos pela DPHAN com a UNESCO buscavam, é claro, parceria com o principal organismo de proteção do patrimônio e seu aval técnico, mas também havia a busca por assistência financeira, que poderia vir por meio de diversos programas. É o que se pode notar, por exemplo, em memorando do arquiteto Renato de Azevedo Duarte Soeiro, chefe da Divisão de Conservação e Restauração da DPHAN, dirigido ao diretor desta, Rodrigo Melo Franco de Andrade em 1966, informando-o sobre os programas oferecidos pela Unesco, por meio dos quais poderiam “obter recursos para nossa repartição”.⁷ Sua lista incluía, sem maior destaque, o plano de “Incremento ao Turismo”, programa que oferecia “medidas que beneficiariam Ouro Preto, Parati e áreas tombadas como Salvador”, sem maior destaque, porém, a esse programa. O próprio chefe da Delegação Brasil junto àquela Organização, o embaixador Carlos Chagas Filho, ao informar o diretor da DPHAN sobre as medidas que tomara em relação “ao programa de proteção do Patrimônio Histórico”, escreveu que conseguira uma missão daquele organismo para o Brasil “sob a denominação mais ou menos esdrúxula de 'turismo cultural'”.⁸ A ênfase, portanto, estava na assistência *tout court*; a questão do turismo parecia então constar como uma porta de acesso ao Organismo e a seus programas de assistência.⁹

O turismo, porém, não era um assunto inédito no Brasil. A historiadora Leila Bianchi Aguiar (2006) apresentou iniciativas de associações empresariais desde a década de 1920, com a criação da Sociedade Brasileira de Turismo, mais tarde Touring do Brasil; da Associação Brasileira da Indústria de Hotéis, em 1936; e da Associação Brasileira de viagens, em 1953. No contexto do Estado brasileiro, é possível recuperar menções à atividade turística na legislação já da década de 1930 (Decreto-Lei nº 406/1938)¹⁰ e tem-se a própria criação da Divisão de Turismo, no âmbito do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) do governo Vargas. Em 1958, foi instituída a Comissão Brasileira de Turismo (Combratur), subordinada à Presidência da República, comissão que foi extinta alguns anos depois e, em 1966, criou-se a

⁷ SOEIRO, Renato. Memorando a Rodrigo Melo Franco de Andrade, em 21/06/1966 – AI, ACI/RJ.

⁸ CHAGAS FILHO, Carlos. Carta a Rodrigo Melo Franco de Andrade, em 21/06/1966 – AI, ACI/RJ.

⁹ Vale também mencionar que as referências que a direção da DPHAN e seus técnicos fizeram sobre a missão de Parent sublinhavam principalmente objetivos técnicos, de avaliação dos trabalhos realizados por aquela diretoria, sem maiores menções à questão do turismo. Ver, por exemplo: ANDRADE, Rodrigo Melo Franco de. Ofício ao chefe da Missão da Unesco no Brasil, John M. Howe, em 22/11/1966; IDEM. Carta ao diretor do Departamento Cultural da Unesco, Ali Vrioni, em 05/12/1966 – AI, ACI/RJ.

¹⁰ O Decreto-lei nº 406 de 1938 “dispunha sobre a entrada de estrangeiros em território nacional” e restringia a venda de passagens às agências autorizadas pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, permissão essa que se estendia às operadoras turísticas. (Cf. AGUIAR, op. cit.: 97)

Empresa Brasileira de Turismo (Embratur) com o “objetivo de desenvolver políticas de incentivo ao turismo em uma estrutura semelhante à extinta Combratur” (Ibid.: 100), ou, em termos mais recentes – que remetem à aproximação do turismo em relação ao desenvolvimento sustentável –, visando a “fomentar a atividade turística, criando condições para a geração de emprego, renda e desenvolvimento em todo o país”(EMBRATUR, s./d.).

Mesmo na DPHAN, o tema do turismo foi ganhando importância no final da década de 1960, e não é demais afirmar que isso se deveu, pelo menos em parte, às parcerias estabelecidas com a Unesco nesse período. Em ofício de 1968 enviado por Renato Soeiro, então diretor da DPHAN, ao Ministro das Relações Exteriores, Nestor dos Santos Lima, o primeiro sublinhou a aproximação entre os objetivos da DPHAN e o tema da reunião do Comitê de Peritos Internacionais para a Valorização do Patrimônio Cultural, que fora a “valorização do nosso patrimônio cultural e sua integração nos planos de turismo e desenvolvimento econômico do país”, ao comentar o relatório final da reunião do Comitê de Peritos da Unesco ocorrida em Túnis em janeiro daquele ano.¹¹ Soeiro também esteve presente no Congresso Extraordinário Interamericano do Turismo, entre 18 a 25 de agosto de 1972, no Rio de Janeiro, durante o qual o diretor da Embratur, Paulo Manoel Protasio, teria mostrado interesse em firmar uma cooperação entre essa Empresa e a Unesco, ao mesmo tempo em que manifestou a intenção de entrar em contato com Soeiro para “estabelecer, com ele, um programa de cooperação que permitirá à Embratur apoiar e estimular os projetos atualmente desenvolvidos pelo patrimônio.”¹² O contato entre a DPHAN e a Embratur estreitou-se efetivamente em 1975, data da primeira ação conjunta entre as duas instituições, com o Programa Integrado de Reconstrução das Cidades Históricas (AGUIAR, op.cit.: 130).

Vale, por fim, destacar os trechos do relatório de Parent em que este mostrou ciência em relação aos possíveis danos que o turismo poderia causar ao se aliar aos “demais fatores de degradação e, tanto material como psicologicamente, contribuir para degradar os bens naturais e culturais e, por conseguinte, negar-se a si próprio.” Para tanto, o perito sugeria que a atividade fosse acompanhada e controlada – seus elogios à criação da Embratur foram essencialmente nesse sentido – e que a rentabilidade do turismo não fosse o único critério a ser utilizado como medida do sucesso da atividade:

Ao contrário, importa que o turismo não constitua um fim em si mesmo, nem mesmo um meio de satisfazer simultaneamente a curiosidade e o conforto de não-brasileiros ou de uns poucos brasileiros desconectados da realidade nacional, mas

¹¹ SOEIRO, Renato. Ofício ao Ministro das Relações Exteriores, Nestor dos Santos Lima, em 14/11/1968 – AI, ACI/RJ.

¹² “A Chave do Império” *Última hora*, 17/08/1972; “Carta do Rio de Janeiro, ponto final” *Correio da Manhã*, 26/08/1972 – IPHAN/Assuntos Internacionais/ O.E.A, ACI/RJ.

que o modelo técnico da infra-estrutura associe o modo de conhecer a cultura brasileira à maneira de vivê-la e, desse modo, possa integrar a tradição, a ciência e a salvaguarda dos valores do Brasil antigo ao desenvolvimento do Brasil futuro. (PARENT, 2008: 19)

Avaliações e sugestões como presentes no relatório de Michel Parent contribuem para se entenderem, dentro da perspectiva da história da preservação do patrimônio cultural no Brasil, não apenas as relações entre os órgãos de proteção, mas também as mudanças nas formas de conceber o patrimônio cultural, seus sentidos, valores atribuídos, formas de gestão e proteção. Analisar como suas sugestões, assim como as de outros consultores da UNESCO, influenciaram as ações do IPHAN é um trabalho muito interessante, que pode ajudar a entender os pontos de contato e os debates entre as duas instituições de preservação do patrimônio cultural, o que, no entanto, foge ao escopo desta apresentação. Fica aqui apenas a contribuição sobre um elemento de destaque no âmbito do organismo internacional – o turismo cultural – e algumas das formas como foi proposto em relação às cidades brasileiras e junto à Instituição responsável por sua proteção e dos bens culturais nelas presentes.

BIBLIOGRAFIA

AGUIAR, Leila Bianchi. *Turismo e preservação nos sítios urbanos brasileiros: o caso de Ouro Preto*. Tese de Doutorado, Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, 2006.

COREMANS, Paul. *Brésil – La preservation du patrimoine culturel*. Paris: UNESCO, 1964.

CURY, Isabelle (org.) *Cartas Patrimoniais*. (3ª edição rev. e aum.) Rio de Janeiro: IPHAN, 2004.

EMBRATUR. “EMBRATUR – Instituto Brasileiro de Turismo” s.d., <<http://www.turismo.gov.br>> Acesso em 31/10/2008.

EUROPANOSTRA. M. Michel Parent. s./d. < http://www.europanostra.org/lang_en/0261_activities_en_awards_medals.html> Acesso em 11/11/2008.

FONSECA, Maria Cecília Londres. *O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; MinC/IPHAN, 2005.

GOVERNO DO MARANHÃO. Programa de Preservação. s./d. < http://www.ma.gov.br/cidadao/saoluis/centro_historico/programa_preservacao.php> Acesso em 15/8/2006.

LEAL, Claudia F. Baeta Leal (org.). *As missões da Unesco no Brasil: Michel Parent*. Rio de Janeiro: IPHAN; Copedoc, 2008.

MEC/SPHAN/FNPM. *Proteção e vitalização do patrimônio cultural no Brasil: uma trajetória*. Brasília: MEC/SPHAN/FNPM, 1980.

PARENT, Michel. Proteção e valorização do patrimônio cultural brasileiro no âmbito do desenvolvimento turístico e econômico (tradução de Rejane Maria Lobo Vieira) in: LEAL, Claudia F. Baeta (org.). *As missões da Unesco no Brasil: Michel Parent*. Rio de Janeiro: IPHAN; Copedoc, 2008.

_____. *Protection et mise en valeur du patrimoine culturel brésilien dans le cadre du développement touristique et économique*. Paris: Unesco, 1968.

UNESCO. *Marco estratégico para a UNESCO no Brasil*. Brasília: UNESCO, 2006.